



ISSN 2595-5519

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: índices e produção científica no Estado de Mato Grosso-Brasil

Fernanda Firmini ¹
Marileide Antunes de Oliveira ²

RESUMO

O referente artigo possui caráter quantiqualitativo e objetivou explorar, a partir de uma perspectiva regionalista, os índices de notificações de caso de violência contra a mulher no Estado do Mato Grosso, e, além disso, verificar o número de artigos publicados sobre o tema que apresentam dados da realidade desse Estado. Para tal, foram utilizados dados de acesso público disponíveis na plataforma DATASUS, e para a busca das produções científicas utilizou-se a ferramenta de pesquisa do Google Acadêmico. Foi possível constatar que o Mato Grosso possui elevados índices de violência contra mulher, sendo necessário analisar com maior profundidade os índices agravantes e alguns municípios do Estado. Com relação a produção científica desenvolvida é notória a escassez de trabalhos que explanem sobre a violência contra a mulher mato-grossense. No entanto, é observada o apoio do conselho da classe profissional frente a medidas de apoio a vulnerabilidade de mulheres vítimas de violência doméstica. Entre as estratégias de intervenção encontra-se a rede de apoio, escuta e acolhimento terapêutico; e principalmente orientações sobre a temática nos mais diversos âmbitos. Observou-se também, que apesar de haver a ocorrência dos casos omissos o Sinan tem se mostrado ferramenta potencial na coleta de dados de Vigilância Epidemiológica, subsidiando o planejamento e a avaliação das políticas públicas no enfrentamento das violências de modo geral. Espera-se que este trabalho sensibilize gestores, profissionais, acadêmicos e docentes da área da saúde para a importância de estudos mais detalhados que abrangam a violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso.

Palavras-chave: Violência Contra a Mulher; Violência Doméstica; Mato Grosso.

ABSTRACT

This article has a quantitative and qualitative character and aimed to explore, from a regionalist perspective, the rates of notifications of cases of violence against women in the State of Mato Grosso, and, in addition, to verify, the number of articles published on the theme that presents data from the reality of that State. To this end, publicly available data available on the DATASUS platform were used, and the search tool for Google Scholar was

¹ FIRMINI, Fernanda: Acadêmica do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena. Bolsista do Programa de Iniciação Científica da AJES, período 2020/02. Email: ferfirmini@gmail.com.

² OLIVEIRA, Marileide Antunes de: Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar (2012). Email: marileide.antunes@yahoo.com.br



ISSN 2595-5519

used to search for scientific productions. It was possible to verify that Mato Grosso has high levels of violence against women, being necessary to analyze in more depth the aggravating rates and some municipalities of the State. In relation to the scientific production developed, there is a notable lack of works that explain violence against women from Mato Grosso. However, support from the professional class council is observed regarding measures to support the vulnerability of women victims of domestic violence. Among the intervention strategies is the support network, listening and therapeutic reception; and mainly guidance on the theme in the most diverse areas. It was also observed that, despite the occurrence of omitted cases, Sinan has been shown to be a potential tool in the collection of Epidemiological Surveillance data, subsidizing the planning and evaluation of public policies to tackle violence in general. It is expected that this work will raise awareness among managers, professionals, academics and health professors about the importance of more detailed studies covering violence against women in the State of Mato Grosso.

Keywords: Violence Against Women; Domestic violence; Mato Grosso.

1 INTRODUÇÃO

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) define a violência contra mulheres como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (BRASÍLIA, 2018, p. 4).

A violência contra a mulher tornou-se um dos problemas públicos mais evidentes na última década, tomando magnitude nas mídias sociais e meios científicos devido ao número de casos acometidos contra mulheres de diferentes idades, classes sociais e localidades. O estudo da violência doméstica consiste em um tema complexo tanto para o campo de pesquisa como para a intervenção, no entanto possui características efêmeras e de difícil visibilidade do fenômeno, pois em suma a vergonha pelo fato ocorrido dificulta a implementação de ações públicas e a quantificação de dados (HANADA; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010).

Falar sobre violência envolve a transgressão de direitos, rompimento das relações de confiança e intimidade, os quais envolvem o julgamento moral sobre a feminilidade e a submissão da mulher no exercício de suas atividades sociais (HANADA; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010). Vale salientar também que, a violência contra a mulher abrange diversas faixas etárias, classes sociais, religião, escolaridade e se expressas em várias formas (GREIN et al, 2016).



ISSN 2595-5519

No que diz respeito à realidade brasileira, tem-se a promulgação da Lei 11. 340 de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, buscando tratar de forma integral o fenômeno da violência doméstica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Esta legislação, oficializou a caracterização da violência doméstica e familiar contra a mulher sendo como, qualquer ação ou omissão fundamentada no gênero que lhe cause lesão; sofrimento físico, sexual ou psicológico; dano moral ou patrimonial, ou ainda a morte (GREIN *et al*, 2016). O mesmo autor ainda define violência doméstica como qualquer conduta que seja utilizada para infligir danos, que causam sofrimentos físicos, mentais, sexuais, econômicos, mediante ameaças, coação, enganos, entre outros meios.

Além da promulgação desta lei, outra importante ação governamental, foi a adoção de sistemas de informações epidemiológicas para detectar casos de violência atendidos em laboratórios, pronto-socorro e rede básica de saúde, através da portaria do Ministério da Saúde nº 142/1997, a qual definiu a obrigatoriedade de registros, possibilitando o levantamento de um banco de dados nacional, conseqüentemente, proporcionando avanços de pesquisas na área da saúde (BRASÍLIA, 2018).

Estudos como os realizados por Mafioletti (2018) evidenciam a relevância do tema para a produção científica. O autor efetivou um levantamento de dados de base populacional mensurando a ocorrência de violência contra as mulheres no Brasil, com uma amostra representativa nacional de 2.502 mulheres na faixa etária de 15 anos ou mais. Evidenciou-se no desenvolvimento da pesquisa que 43% das brasileiras revelaram ter sofrido algum tipo de violência praticada por um homem na vida. Assim, um terço admitiu ter sofrido violência física, outras 13% a violência sexual e 27% violência psicológica. Os agressores consistiam em maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados variando as agressões em 88% de tapas e empurrões a 79% dos perpetradores de relações sexuais forçadas.

De acordo com Fonseca e Lucas (2006) a forma mais comum identificada de violência doméstica é a física consistindo no ato de provocar lesões corporais, as quais possivelmente são diagnosticáveis. A violência sexual também se enquadra como uma das formas de violência doméstica com maior frequência de notificações. Segundo Sinimbu *et al* (2014) a violência sexual é qualquer ação na qual um indivíduo, aproveitando de sua posição de poder e utilizando o uso de força física, coerção, intimidação ou influência psicológica, com emprego ou não de armas ou drogas, obriga outra pessoa, seja de qualquer sexo, a ter,



ISSN 2595-5519

presenciar, ou participar, de alguma maneira, de interações sexuais ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, com fins de lucro, vingança ou outra intenção.

As mulheres que sofrem violência doméstica estão cinco vezes mais predispostas a apresentarem problemas psicológicos (GALVÃO; ANDRADE, 2004). Para Fonseca e Lucas (2006), alguns dos sintomas psicológicos frequentes encontrados em vítimas de violência doméstica são: insônia, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, falta de apetite, e até o aparecimento de transtornos mentais como a depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, além disso, podendo provocar comportamentos autodestrutivos, como o uso de álcool e drogas, ou ainda tentativas de suicídio.

Em relação a modalidade de violência psicológica, para os autores Silva, Coelho e Caponi (2007) a violência psicológica consiste em toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. A qual inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, o impedimento da utilização do seu próprio dinheiro. De todas as modalidades de violência, a violência psicológica é a mais difícil de ser identificada. No entanto, é a mais frequente e por onde se inicia o ciclo da violência, desencadeado sentimentos de desvalorização, inferioridade, sofrer de ansiedade, tornando-se vulnerável e podendo adoecer com facilidade, ainda existe o risco das situações se arrastarem por muito tempo e se agravarem.

Diante deste panorama e, a fim de adicionar aos estudos já realizados sobre o tema, o presente trabalho objetivou explorar a partir de uma perspectiva regionalista, mapear os índices de notificações de caso de violência contra a mulher no Estado do Mato Grosso, e, além disso, verificar, o número de artigos publicados sobre o tema que apresentam dados da realidade desse Estado. A partir desses dados buscou-se identificar se há necessidade de mais estudos sobre o tema, considerando os dados sobre a violência doméstica no Estado Mato Grosso.

2 DESENVOLVIMENTO

O trabalho teve como abordagem metodológica a pesquisa quanti-qualitativa. Para tanto, foram utilizados dois procedimentos de coleta de dados. O primeiro consistiu no



ISSN 2595-5519

levantamento de dados estatísticos disponibilizados na plataforma DATASUS sobre os registros de casos de violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso. O segundo consistiu em busca de artigos científicos em bases de dados sobre violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso.

Apesar das pesquisas quantitativas e qualitativas serem metodologias distintas e normalmente estudadas de forma separada, no entanto elas possuem pontos de convergência, complementando uma a outra. Tendo em vista que, o assunto abordado leva em consideração o caráter social e cultural o qual o indivíduo se enquadra, a metodologia adotada possibilita uma maior análise de dados e o peso da pesquisa aumenta em conjunto com a validação de todas as informações (MARQUES; MELO, 2017). .

2.1 Levantamento de dados estatísticos na Plataforma Datasus

Para esse levantamento, foram utilizados dados de acesso público disponíveis na plataforma DATASUS, cujo link pode ser acessado em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/violeMT.def>. Para a obtenção dos dados de interesse para esse estudo, foram feitos cruzamentos das seguintes variáveis no DATASUS: violência sexual, violência psicológica/moral e violência sexual por município do Estado de Mato Grosso. Observa-se que, os dados divulgados pela plataforma digital DATASUS correspondem ao ano de 2015 e 2016, com última atualização em 08/11/2018, estando essas informações sujeitas à revisão.

Após, os índices selecionados foram organizados em uma tabela e foram categorizados em: (a), total de casos notificados por município do Estado de Mato Grosso e (b) total de registros para violência sexual, violência psicológica/moral e violência sexual.

2.2 Busca de artigos científicos em bases de dados

Nessa etapa, foi realizada uma busca de artigos científicos publicados entre os anos de 2.000 a 2.019. A pesquisa foi realizada utilizando-se a ferramenta Google Acadêmico e foi conduzida através da inserção individual dos seguintes palavras-chave: violência contra a mulher, violência doméstica, Mato Grosso. A partir dos resultados disponibilizados para cada palavra-chave, procedeu-se à leitura dos títulos dos artigos. Em seguida, foram lidos os resumos dos artigos cujos títulos continham, ao menos, uma palavra-chave. Como critérios de inclusão foram utilizados o título contém pelo menos uma palavra-chave, artigos publicados



ISSN 2595-5519

no idioma brasileiro e artigos disponíveis na íntegra para download gratuito, sendo considerada as palavras chaves (violência contra a mulher, violência doméstica, Mato Grosso). Como critérios de exclusão trabalho que não abordavam a temática violência contra mulher mesmo contendo uma das palavras-chaves no título. No total, foram encontrados vinte artigos científicos publicados sobre o tema violência contra a mulher. Após a aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão, obteve-se uma amostra final de quatro artigos científicos.

3 RESULTADOS

O presente estudo objetivou explorar, a partir de uma perspectiva regionalista, os índices de notificações de caso de violência contra a mulher no Estado do Mato Grosso, e, além disso, verificar o número de artigos publicados sobre o tema que apresentam dados da realidade desse Estado. Para tanto, procedeu-se a uma análise comparativa entre dados estatísticos e produção de conhecimento científico sobre o tema. Os resultados obtidos são apresentados na seguinte sequência: (a) análise do levantamento de dados estatísticos na plataforma DATASUS, (b) análise da busca de artigos em bases de dados e (c) análise conjunta dos dados da realidade e da pesquisa sobre violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso.

3.1 Análise do levantamento de dados estatísticos na Plataforma Datasus

As evidências de dificuldades no acesso às políticas públicas, tanto de enfrentamento da violência perpetrada contra a mulher, quanto de acolhimento as vítimas, culminam nos índices disponibilizados pelo Datasus – Sinan Net. Dados estes que foram sintetizados na Tabela 01 afim de facilitar a análise da pesquisa discriminado assim, a frequência por município de notificação de violência sexual, psicológica/moral e física acometidos contra a mulher no estado de Mato Grosso. Segundo os dados analisados, foram notificados um total de 2.161 casos de violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso no ano de 2016. Verifica-se que os municípios de Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Cuiabá, Juara, Juína, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Rondonópolis, Sinop e Sorriso apresentam número acima de 50 casos no ano analisado.



ISSN 2595-5519

Tabela 1 - Frequência por município de notificação de violência sexual, psicológica/moral e física cometidos contra a mulher no estado de Mato Grosso.

Município de notificação segundo codificação do Sinan Net	Violência Sexual	Violência Psi/moral	Violência Física	Total de not. por município
510020 Água Boa	4	3	3	7
510025 Alta Floresta	19	27	41	57
510060 Alto Taquari	1	-	1	1
510125 Araputanga	1	-	-	1
510130 Arenópolis	1	2	2	3
510140 Aripuanã	4	5	11	16
510170 Barra do Bugres	-	1	11	11
510180 Barra do Garças	6	28	81	88
510185 Bom Jesus do Araguaia	-	1	1	1
510190 Brasnorte	1	1	8	9
510250 Cáceres	7	10	67	74
510260 Campinápolis	2	1	6	8
510263 Campo Novo do Parecis	8	4	37	46
510267 Campo Verde	-	6	6	6
510268 Campos de Júlio	2	2	2	3
510269 Canabrava do Norte	-	-	3	3
510270 Canarana	4	5	9	12
510279 Carlinda	5	4	7	7
510285 Castanheira	-	-	1	1
510300 Chapada dos Guimarães	-	2	2	2
510305 Cláudia	1	8	10	12
510310 Cocalinho	1	-	-	1
510320 Colíder	4	6	6	8
510325 Colniza	2	2	4	4
510330 Comodoro	1	2	4	4
510335 Confresa	4	8	23	26
510340 Cuiabá	149	63	165	320
510350 Diamantino	-	2	2	2
510370 Feliz Natal	2	6	8	8
510385 Gaúcha do Norte	1	1	1	1
510390 General Carneiro	-	2	3	3
510410 Guarantã do Norte	5	14	24	30
510460 Itiquira	-	-	2	3
510480 Jaciara	2	1	2	4
510510 Juara	29	91	165	187
510515 Juína	11	38	61	79
510517 Juruena	1	3	5	6
510520 Juscimeira	-	-	1	1
510523 Lambari D'Oeste	-	1	1	1
510525 Lucas do Rio Verde	30	32	54	79
510558 Marcelândia	3	4	24	32



ISSN 2595-5519

510560 Matupá	-	7	16	16
510615 Nova Bandeirantes	1	4	6	6
510890 Nova Maringá	-	1	2	2
510622 Nova Mutum	10	27	63	76
510624 Nova Ubiratã	-	-	2	2
510625 Nova Xavantina	1	-	-	1
510627 Novo Horizonte do Norte	1	4	2	4
510626 Novo Mundo	-	1	1	1
510631 Novo Santo Antônio	-	2	2	2
510629 Paranaíta	4	1	1	5
510630 Paranatinga	1	1	1	1
510642 Peixoto de Azevedo	4	6	14	14
510650 Poconé	1	3	8	8
510675 Pontes e Lacerda	1	2	4	6
510704 Primavera do Leste	2	1	5	6
510760 Rondonópolis	106	78	117	198
510770 Rosário Oeste	2	1	-	2
510724 Santa Carmem	-	1	1	1
510777 Santa Terezinha	-	3	6	6
510779 Santo Antônio do Leste	-	1	1	1
510729 São José do Povo	-	-	1	1
510730 São José do Rio Claro	-	1	3	3
510735 São José do Xingu	2	5	6	7
510740 São Pedro da Cipa	1	1	1	1
510790 Sinop	63	187	396	503
510792 Sorriso	7	21	70	94
510795 Tangará da Serra	10	12	11	16
510800 Tapurah	1	2	4	5
510805 Terra Nova do Norte	-	1	1	1
510830 União do Sul	2	-	-	2
510840 Várzea Grande	-	-	1	1
510850 Vera	-	-	-	1
510860 Vila Rica	1	1	-	1
Totais	532	761	1610	2161

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

Notas: Períodos Disponíveis ou período - Correspondem aos anos de notificação dos casos.

Dados de 2015 e 2016 atualizados em 08/11/2018, dados sujeitos à revisão.

O município de Sinop é o detentor da primeira colocação com um total de 503 casos, considerando uma população de 113.099 pessoas; seguido por Cuiabá com 320 notificações e população estimada de 551.098 habitantes; e Rondonópolis com 198 casos e um número populacional de aproximadamente 195.476 habitantes. Apesar do grande número de casos



ISSN 2595-5519

notificados a quantidade é relativamente pequena quando comparado ao número de habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2019).

No entanto, as proporções tornam-se mais expressivas quando observado o município de Juara, ocupante da quarta colocação com um total de 187 notificações e uma população de 32.791 pessoas, segundo o último senso realizado pelo IBGE em 2010. Diante dessas perspectivas, mesmo não sendo o município com maior número de casos necessita de maiores estudos pois os índices são alarmantes. Para Delziovo (2018), o que pode ter contribuído para o aumento no número de registros nos últimos anos são as ações desenvolvidas pelas Secretarias de Estados de Saúde em parceria com Ministério da Saúde e municípios, a partir da descentralização do Sinan e a divulgação dos meios de assistência as vítimas.

A mesma convicção de índices considerados elevados pode ser aplicado para outros municípios, que apesar de não estarem entre os primeiros colocados no número de notificações possuem um índice populacional menor, como por exemplo os municípios de Alta Floresta (49.164 habitantes), Barra do Garças (56.560 habitantes), Juína (39.255 habitantes), Lucas do Rio Verde (45.556 habitantes) e Nova Mutum (31.649 habitantes) todos com números acima de 50 notificações. Nesse aspecto, é que são considerados relevantes estudos mais aprofundados de forma restrita a cada município, para que seja realizado um levantamento adequado, passando-se a adotar medidas preventivas que sejam efetivas a realidade de cada local.

Com relação ao tipo de violência cometido, a violência física se destaca estando presente em mais de 50% dos casos, contudo segundos os dados analisados, a violência psicológica/moral está presente juntamente com a agressão física em boa parte dos casos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Segundo Santos et al (2018) fatores sociais como a escolaridade estão relacionados ao ato da agressão, principalmente a violência física. O autor ainda relata que a violência sexual e/ou física desencadeia síndromes que são agravadas com a repetição das agressões, consequentemente levando ao quadro clínico de sofrimento emocional.

O Estado de Mato Grosso é o 5º do *ranking* nacional de violência contra as mulheres e as perspectivas apontam para um crescimento elevado dos índices caso não sejam adotadas medidas para compreender a permanência e as motivações dessa violência em suas dimensões de gênero, geração, etnia e classe social (PAULA; BITENCOURT, 2017). Sabe-se que existem em todo o estado locais de atendimento a mulheres vítimas de violência. No entanto o



ISSN 2595-5519

número de profissionais trabalhando na rede ainda é reduzido para o tamanho do estado e o número de notificações relacionadas nos últimos anos (NUNES; ROCHA, 2018). Assim como serviços mais especializados, principalmente os relacionadas à segurança e justiça, estão centrados apenas no município de Cuiabá, o que dificulta o acesso a informação, prevenção e promoção de direito das mulheres (NUNES; ROCHA, 2018).

3.2 análise da busca de artigos em bases de dados

A partir da busca por artigos científicos desenvolvidos em Mato Grosso, foi possível constatar apenas quatro publicações com temas relacionados a violência contra a mulher relacionando o Estado do Mato Grosso especificamente. Um deles é o estudo de caso desenvolvido Pasinato (2009) sobre a implementação da lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – a implantação e funcionamento das Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar e o funcionamento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência na cidade de Cuiabá, Mato Grosso.

A autora evidencia que o sucesso da implementação da Lei Maria da Penha em Cuiabá deve ser avaliada cuidadosamente, pois, apesar do sucesso nas instalações das Varas Especializadas e seu devido funcionamento, ainda existem obstáculos a serem superados. A exemplo, o fato de não existir uma rede articulada de serviços em Cuiabá, como não existe rede, também não existe um fluxo de informações entre os serviços, sendo notória também a ausência dos órgãos de articulação política.

Pasinato (2009) ainda revela preocupação com o real cumprimento da Lei Maria da Penha, pois sua aplicabilidade pode ser ferida “tanto pelas faltas como pelos excessos”. Observa que não se trata de aplicação de leis mais severas, porém cabe uma reflexão ampla para verificar se apenas a justiça criminal é a resposta mais adequada, visto que o aumento no número de inquéritos policiais não é acompanhado por um aumento nas condenações.

Outro trabalho identificado foi o desenvolvido por Grein et al (2016), envolvendo a violência doméstica contra mulheres e o sentido apresentado pela produção da mídia televisiva no sudoeste de Mato Grosso. Os autores chegaram à conclusão que o veículo televisivo analisado não demonstra grande importância e estratégias para redução dos casos de violência doméstica ocorridos nessa região. Salientam também que existe um grande descaso no tratamento das informações referentes às vítimas, sendo em muitas das vezes naturalizados por ocorrerem com frequência na sociedade. A análise dos entrevistados



ISSN 2595-5519

demonstram entendimento do ato de violência contra a mulher, entretanto, o contexto das reportagens não caracterizam o evento como violência doméstica, indagando um reducionismo a esse fenômeno além de ser tratado como algo corriqueiro da região.

A terceira pesquisa analisada consiste no trabalho desenvolvido por Paula e Bitencourt (2017), onde buscaram compreender os casos de feminicídios em duas cidades do Estado de Mato Grosso a partir dos estudos de gênero e da teoria feminista, utilizando também entrevistas semiestruturadas com profissionais e conhecidos das vítimas de feminicídios. Na análise dos dados constataram que entre os grupos existem motivações distintas para falarem sobre o crime de homicídio contra as mulheres, os profissionais são mais receptivos e abertos ao tema, enquanto ao se entrevistamos os conhecidos é necessário um esforço maior para alcançar as informações desejadas. Contudo, os dois grupos possuem uma compreensão ampla sobre crimes, mas ainda não fundamentada a partir da categoria gênero. Concluindo que apesar da violência contra a mulher ter um caráter universal, faz-se fundamental sua “compreensão sem homogeneização, portanto, sua análise deve reconhecer o gênero e sua interface com outras categorias sociológicas.”

Por fim a pesquisa desenvolvida por Nunes e Rocha (2017) apresenta dados da rede de atendimento de violência contra a mulher no município de Cuiabá/MT. Os autores retratam que a rede de enfrentamento de violência contra a mulher é um importante instrumento utilizado pelas políticas públicas no Estado. Contudo, os resultados da pesquisa mostraram que o atendimento em rede no estado não funciona de forma efetiva, pois os locais de atendimento a mulheres vítima de violência, estão concentrados em órgãos da Assistência Social em números reduzidos para o tamanho do estado, não apenas em extensão, mas em quantidade de pessoas. Não obstante, averiguaram que em relação a outros serviços e instituições, principalmente no que concerne a segurança e justiça, este está apenas centrado no município de Cuiabá, o que dificulta o acesso a informação, prevenção e promoção de direito das mulheres, bem como aumenta a demanda para uma única cidade, o que pode gerar na morosidade do atendimento e encaminhamentos.

Diante do exposto, observa-se que o cenário da violência contra as mulheres em Mato Grosso e em todo território brasileiro necessita de um rompimento sobre o silêncio que incide esse o fenômeno da violência e dos aspectos que permeiam seu acometimento (culturais, psicológicos, sociais, econômicos e históricos).



ISSN 2595-5519

3.3 Análise conjunta dos dados da realidade e da pesquisa sobre violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso

A partir dos achados, pode-se dizer que, embora o Estado de Mato Grosso apresente altos os índices de violência contra a mulher, segundo os dados até então analisados, a produção de conhecimento científico sobre características regionais acerca desse fenômeno está em defasagem. Como mostram os dados do presente estudo, foram encontrados apenas quatro trabalhos científicos que investigaram a violência contra a mulher no contexto mato-grossense.

Isso mostra uma fragilidade do Estado de Mato Grosso, em comparação aos demais Estados brasileiros, pois, a elaboração e a implementação de políticas públicas se orientam, em grande medida, pela produção de conhecimento científico sobre o assunto considerado alvo de tais políticas. A carência de estudos sobre violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso sugere que essa realidade se encontra, ao menos em parte, desamparada de informações de cunho científico que possam embasar decisões políticas nessa área.

O conjunto de dados obtidos no presente estudo revela que há uma discrepância entre a abrangência sólida do fenômeno da violência contra a mulher e os aparatos estruturais, logísticos e de recursos humanos para acolher essa demanda no contexto brasileiro.

Conforme identificado na plataforma DATASUS, foram notificados 2.161 casos de violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso entre os anos de 2015 e 2016. Apesar disso, no estudo realizado por Nunes e Rocha (2017), há dados indicando que são precárias as condições existentes na rede de atendimento de violência contra a mulher no município de Cuiabá, capital do referido Estado.

Corroborando Nunes e Rocha (2017) e ampliando a análise para outros Estados – Belém, Salvador, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre –, Pasinato (2009) mostra que existem *déficits* quanto à estrutura e à disponibilidade de pessoal para abordar a problemática da violência contra a mulher de maneira efetiva nos contextos analisados. De acordo com a autora, faltam recursos físicos e logísticos nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e que, mesmo com o notado aumento no quadro de funcionários dessas delegacias, há considerável lentidão na análise dos processos.

Ainda, nessa vertente, Pasinato (2009) afirma que há uma distância entre o conhecimento acadêmico produzido sobre violência contra a mulher e sua aplicação à realidade brasileira. De maneira mais específica, a autora identifica que a sistematização de



ISSN 2595-5519

dados a partir de cor/raça, faixa etária, relação vítima/agressor são considerados detalhes desnecessários pelas policiais alocadas nas DEAMs analisadas. Um dado que agrava essa situação, segundo a autora, é o fato de que treinamentos e capacitações sobre a temática violência contra a mulher são escassos e, usualmente, ficam à critério dos dirigentes das DEAMs.

Isso deixa transparecer uma falha na transposição do conhecimento científico, ou seja, embora atualmente exista um corpo robusto de conhecimento científico acerca da violência contra a mulher, falta transpô-lo para o contexto aplicado. De fato, um dos objetivos primordiais das ciências humanas é fazer com que o conhecimento construído coletivamente possa ser utilizado onde ele se fizer necessário (BANDEIRA, 2014).

No presente estudo, foram encontrados quatro trabalhos que investigaram a violência contra a mulher no Estado do Mato Grosso e, em dois deles, observou-se a presença de uma cultura alicerçada na soberania do homem como figura de poder.

Na pesquisa de Pasinato (2009), a autora observa a relativização do sofrimento das vítimas que buscam as DEAMs para apresentar denúncia contra os agressores. Ainda, a autora afirma que há uma identificação arbitrária do ato de agressão à mulher como delito, e não como violência, nas notificações realizadas nas DEAMs. Esses achados corroboram o estudo conduzido por Ferrari e Ribeiro (2019), segundo o qual o comportamento de quem detém o poder inclina-se para valorizar e direcionar esforços que privilegiam os valores masculinos.

Já no estudo de Grein et al. (2017), os autores revelam a presença de uma cultura considerada machista na maneira como a mídia televisiva noticia casos de violência contra a mulher. Os pesquisadores encontraram que, em alguns momentos, o veículo transmissor atribuiu ao agressor o papel de vítima e buscou alarmar, chocar e comover a população como estratégia jornalística. É importante ressaltar que esses vieses se constituem como barreiras para que a mídia possa exercer função educativa, para que o conhecimento sobre a violência contra a mulher possa alcançar a população de maneira efetiva.

Diante dos aspectos analisados, nota-se que são escassas as produções científicas sobre a violência contra a mulher mato-grossense. Assim como evidencia-se a necessidade de intervenções mais efetivas do Estado no que concerne às políticas públicas de enfrentamento, prevenção e atendimento direto aos casos de violência. Deste modo, a criação de ações que viabilizem a diminuição de casos de violência contra mulher poderia ser potencializada



ISSN 2595-5519

através do incentivo a pesquisas mais aprofundadas sobre o tema no Estado ou ainda em nível nacional.

Com relação ao incentivo da classe profissional de psicologia sobre a temática o Conselho Federal de Psicologia constantemente publicam notas orientativas sobre como abordar a vulnerabilidade de mulheres vítimas de violência doméstica. Entre as estratégias de intervenção encontra-se a rede de apoio, escuta e acolhimento terapêutico; psicoterapia avançada para tratamento dos traumas causados pelas agressões quando necessário; e principalmente orientações sobre a temática nos mais diversos âmbitos, como exemplo escolas, assistências sociais, abrigos, associações comunitárias, empresas, entre outros, como medida preventiva e de encorajamento as vítimas para denúncias e mudança de vida diante do quadro da violência.

Como limitações do referente estudo identifica-se o número de notificações desconsideradas ou em branco, o que limita a precisão dos dados. Oliveira et al (2019) evidenciam em seus estudo que é necessário sensibilizar os servidores responsáveis para a importância do preenchimento adequado da ficha que alimenta o SINAN, tendo em vista futuras análises mais fidedignas possibilitando o refinamento das políticas públicas de saúde para as mulheres mais vulneráveis. Contudo, mesmo com todas as limitações apresentadas os resultados apontam a viabilidade e a qualidade do banco do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) como fonte de informações para diagnóstico, planejamento, monitoramento, avaliação e execução de políticas públicas (DELZIOVO, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retratar a violência abre um leque de diversas condutas, graus de dificuldades e um número enorme de possibilidades. A natureza da agressão traz para o contexto, de maneira negativa, uma forma na qual a pessoa do sexo feminino apresenta características de submissão, deixando explícito o empoderamento masculino.

É necessário salientar que inferir análises mais precisas sobre os registros ocorridos no estado demandam de um estudo e entendimento mais aprofundados acerca da dinâmica da violência, tanto a nível local como em maiores escalas. No entanto, por meio deste estudo foi possível estimar brevemente a magnitude da violência contra a mulher no estado de Mato Grosso. Observou-se que apesar de haver a ocorrência dos casos omissos o Sinan tem se



ISSN 2595-5519

mostrado ferramenta potencial na coleta de dados de Vigilância Epidemiológica, subsidiando o planejamento e a avaliação das políticas públicas no enfrentamento das violências de modo geral.

Espera-se que este trabalho possa contribuir minimizar a escassez de trabalho sobre violência doméstica nas plataformas de base de dados gratuitas. Além de sensibilizar gestores, profissionais, acadêmicos e docentes da área da saúde para a importância de estudos mais detalhados que abranjam a violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso. Possibilitando assim, a ampliação da visibilidade da violência contra as mulheres e de ações de enfrentamento que possam minimizar os índices no Estado.



REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Mai. 2020.

BRASÍLIA. Panorama da violência contra as mulheres no Brasil indicadores nacionais e estaduais 1. Violência contra a mulher, Brasil, periódico. 2. Violência contra a mulher, estatística, Brasil. I. Brasil. **Congresso Nacional. Senado Federal.** Observatório da Mulher Contra a Violência. II. Título. 2018. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>> Acesso em: 05 Abr. 2019

DELZIOVO, Carmem Regina et al. Qualidade dos registros de violência sexual contra a mulher no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) em Santa Catarina, 2008-2013. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis-SC. **Epidemiologia e Serviços de Saúde** [online]. 2018, v. 27, n. 1. ISSN 2237-9622. Disponível em: <<https://doi.org/10.5123/S1679-49742018000100003>> Acesso em: 05 Abr. 2019

FONSECA, Paula Martinez da; LUCAS, Taiane Nascimento Souza. **Violência doméstica contra a mulher e suas Consequências psicológicas.** Salvador, 2006. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2019.

GALVÃO, Elaine Ferreira; ANDRADE, Selma Maffei de. **Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil.** Saúde e Sociedade v.13, n.2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902004000200009&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 22 ago. 2019.

GREIN, Taiana Aparecida Duarte et al. Violência doméstica contra mulheres: produção de sentidos pela mídia televisiva no sudoeste de Mato Grosso, Brasil. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, 18(2): 87-95, abr-jun, 2016. (2016) Disponível em: <<http://www.publicacoes.ufes.br/RBPS/article/viewFile/15088/10690>> Acesso em: 05 Abr. 2019

HANADA, Heloisa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência situação de violência. **Estudos Feministas, Florianópolis**, 18(1): 33-59, janeiro-abril/2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v18n1/v18n1a03>> Acesso em: 15 Ago. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 05 Abr. 2019



ISSN 2595-5519

- MARQUES, Keila Aparecida; MELO, Ana Flávia Ferreira de (2017). Abordagens metodológicas no campo da pesquisa científica. **Blucher Education Proceedings**, 2(1), 11 – 21. Disponível em:
<<https://pdfs.semanticscholar.org/2a38/56cbcd8fffa029574f78e9dec3ec351403b5.pdf>>
Acesso em 22 Out. 2020
- MAFIOLETTI, Terezinha Maria et al. Violência contra mulheres: trajetória histórica de um programa de atenção (Curitiba–1997-2014). **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 6, p. 2907-2915, 2018. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672018000602907&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 22 Out. 2020
- MARTINS, Ana Paula Antunes; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil (Versão Preliminar)**, 2015. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/a-institucionalizacao-das-politicas-publicas-de-enfrentamento-a-violencia-contras-mulheres-no-brasil>> Acesso em: 05 Abr. 2019
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência. **Organização Mundial da Saúde**. ISBN 978-92-75-71635-9 Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2ª ed. 2010.
- NUNES, Ivna de Oliveira; ROCHA, Qelli Viviane Dias. A violência contra a mulher e a rede de atendimento em Cuiabá/MT. **Anais do Seminário do ICHS – Humanidades em Contexto: desafios contemporâneos (2017)**. ISSN 2527 - 2659 Disponível em:
<<http://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/seminarioichs/seminarioichs2017/paper/view/5777>> Acesso em: 05 Abr. 2019
- OLIVEIRA, Caio Alves Barbosa de et al. Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia - Brasil. **Revista Cuidarte**, [S.l.], v. 10, n. 1, dec. 2018. ISSN 2216-0973. Disponível em:
<<https://revistacuidarte.uedes.edu.co/index.php/cuidarte/article/view/573>> Acesso em: 05 Abr. 2019
- SANTOS, Tatiane de Oliveira et al. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL, de 2012 a 2014. **Congresso Nacional de Enfermagem – CONENF**. Universidade Tiradentes (UNIT). Aracaju/SE – 7 a 11 de maio de 2018. (2018) Disponível em:
<<https://eventos.set.edu.br/index.php/conenf/article/view/9293>> Acesso em: 05 Abr. 2019
- SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. **Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica**. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.11, n.21, 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.org/article/icse/2007.v11n21/93-103/>> Acesso em: 22 ago. 2019.
- SINIMBU, Raniela Borges; et al. **Caracterização das vítimas de violência doméstica, sexual e/ou outras violências no Brasil – 2014**. Revista saúde em foco, 2014. Disponível em: < <http://smsrio.org/revista/index.php/revsf/article/view/199>> Acesso em: 22 ago. 2019.



PASINATO, Wânia. Estudo de Caso Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Rede de Serviços para Atendimento de Mulheres em Situação de Violência em Cuiabá, Mato Grosso. **Projeto “Construção e Implementação do Observatório da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha” - Relatório Final.** São Paulo, setembro de 2009. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/_ARQ/estudodecaso.pdf> Acesso em: Mai. 2019

PAULA, Sara Ruth Batista; BITENCOURT, Silvana Maria Bitencourt Maria. Violência contra a mulher: uma análise dos feminicídios em Cuiabá e Várzea Grande. In: **SEMINÁRIO DO ICHS**–Humanidades em Contexto: desafios contemporâneos (2017). Disponível em: <<http://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/seminarioichs/seminarioichs2017/paper/view/5621>> Acesso em: Mai. 2019